



ACÓRDÃO Nº757/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11604/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Habitação - FEH
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Indra Mara dos Santos Bessa (Ordenador de Despesa), Nilson Soares Cardoso Junior (Ordenador de Despesa), Diego Roberto Afonso (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2065/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Habitação - FEH. Exercício de 2017.

Irregularidade. Regularidade. Alcance. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Indra Mara dos Santos Bessa**, responsável pelo **Fundo Estadual de Habitação (FEH)**, no período de 01/01/2017 a 02/06/2017, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “c” da LO-TCE-AM, em razão do dano ao Erário verificado nos questionamentos da Execução, itens b”, “c” e “d”, constantes da Notificação nº 115/2019-DICAÍ;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Nilson Soares Cardoso Junior**, responsável pelo **Fundo Estadual de Habitação (FEH)**, no período de 03/06/2017 a 04/10/2017, nos termos do art. 22, inciso I da LO-TCE-AM;
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Diego Roberto Afonso**, responsável pelo **Fundo Estadual de Habitação (FEH)**, no período de 17/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, inciso I da LO-TCE-AM;



ACÓRDÃO Nº757/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Considerar em Alcance o Sra. Indra Mara dos Santos Bessa no valor de **R\$ 6.055.492,70** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM), em razão de despesas não comprovadas, conforme os questionamentos "b", "c" e "d" (Da Execução) da Notificação nº 115/2019-DICAI, assim especificados:

10.4.1. R\$ 4.690.000,00 referente às Notas de Empenho nº 42 a 167, 209 a 214, 216 e 220 todas de 2017 (fl.1054-1055), deste Fundo estadual, referente a indenização por benfeitoria através de cheque moradia do sinistro ocorrido em imóvel, conforme fls. 674/804;

10.4.2. R\$ 366.000,00, referente às Notas de Empenho nº 19, 22, 31, 192, 194 a 197, 199, 202, 207, 208, 225 a 230, 282, 284 e 285, 288, 294 e 295, 297 e 298, 301 a 303, 305, 308 e 309, 315 a 321, 325, 329 a 332, 340, 342 e 343, 358 e 359, 365 e 366, 370 e 371, 377, 391, 393, 405 e 406, 410, 414, 416, 419 e 420, todas de 2017, do FEH, referente à indenização por benfeitoria de imóvel, conforme fls. 805/821.

10.4.3. R\$ 999.492,70, referente as Notas de Empenho nº 9, 18, 33, 347, 375, 379, 394, 398, 401, 433, 437, todas de 2017, do FEH, referente ao pagamento de auxílio moradia, conforme fls. 822/883.

10.5. De acordo com a alteração do Relatório-voto, proferido em sessão pelo Relator, incluindo item para **aplicar Multa** à Sra. Indra Mara dos Santos Bessa no valor de **R\$102.407,94**, com base no art. 53, da Lei Orgânica, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº757/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6. Dar ciência a Sra. Indra Mara dos Santos Bessa desta Decisão.

10.7. Dar ciência ao Sr. Nilson Soares Cardoso Junior desta Decisão.

10.8. Dar ciência ao Sr. Diego Roberto Afonso desta Decisão.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral